

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

MÉDICO LEGISTA

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA

01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

2. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."

3. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

4. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
(B) E-qui-pe / me-i-o.
(C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
(D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
(E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.
5. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por
- (A) conheceu-o.
(B) os conheceu.
(C) conheceu-lhe.
(D) conheceu-no.
(E) lhe conheceu.
6. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.
- (A) É discutido temas diversos no programa.
(B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
(C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
(D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
(E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.
7. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.
“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.
- (A) convocam – visitarão – realizam
(B) convocasse – visitão – realizarão
(C) convocar – visitariam – realizão
(D) convocão – visitam – realizarão
(E) convoca – visitam – realizam
8. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.
- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
(B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
(C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
(D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
(E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
9. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por
- (A) derivação prefixal.
(B) derivação parassintética.
(C) redução.
(D) hibridismo.
(E) composição por aglutinação.
10. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
(B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
(C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
(D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
(E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
11. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por
- (A) a fim de que.
(B) afim de que.
(C) conquanto que.
(D) com quanto que.
(E) porquanto que.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

13. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

14. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

15. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

17. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

18. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

19. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

20. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

22. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.

(E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

(A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.

(B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.

(C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.

(D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

(E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

25. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

(A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

(B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.

(C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.

(D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.

(E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

(A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.

(B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.

(C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.

(D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.

(E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

(A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.

(B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.

(C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.

(D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.

(E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

(A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.

(B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.

(C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

(D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.

(E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

29. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

30. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aprofundamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

Noções de Direito Processual Penal

31. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

32. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

33. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

34. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

35. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

36. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

37. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

38. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

39. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

40. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.

- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

Noções de Direito Penal

41. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
(B) Teoria da Consumação.
(C) Teoria da Atividade.
(D) Teoria da Ubiquidade.
(E) Teoria da Habitualidade.

42. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
(B) tipicidade material.
(C) culpabilidade.
(D) ilicitude formal.
(E) executividade.

43. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
(B) Teoria do Resultado.
(C) Teoria da Ubiquidade.

- (D) Teoria do Assentimento.
(E) Teoria da Relatividade.

44. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
(B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
(C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
(D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
(E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

45. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
(B) vago, permanente e multitudinário.
(C) próprio, de perigo e exaurido.
(D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
(E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

46. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

47. Considerando as seguintes afirmativas, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.

- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

49. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça de, a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

50. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.

- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

Conhecimentos Específicos

51. A Medicina Legal pode ser classificada sob diversos enfoques, dentre os quais destaca-se o histórico. A fase evolutiva da Medicina Legal que discute os assuntos ligados à Ética, à Moral e à Bioética Médica em face do exercício da Medicina é a

- (A) Medicina Legal Pericial.
(B) Medicina Legal Legislativa.
(C) Medicina Legal Doutrinária.
(D) Medicina Legal Filosófica.
(E) Medicina Legal Judiciária.

52. De acordo com Afrânio Peixoto, a Medicina Legal pode ser definida como “A aplicação de conhecimentos científicos dos mistérios da justiça”. Do ponto de vista didático tradicional, a Medicina Legal pode ser dividida em Geral e Legal. No caso da Geral, seu campo de ação se ocupa de várias áreas do conhecimento, como

- (A) Antropologia Forense.
(B) Honorários Médicos.
(C) Asfixiologia Forense.
(D) Genética Forense.
(E) Sexologia Forense.

53. O Código de Ética Médica, que deve ser seguido por todos os profissionais, elenca uma série de vedações. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas vedações.

- (A) Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício da profissão, mesmo que tenha um motivo justo.
(B) Assinar laudos periciais cujo exame tenha realizado pessoalmente.
(C) Deixar de atestar óbito de paciente ao qual vinha prestando assistência, especialmente quando houver indícios de morte violenta.
(D) Realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos no interior

de presídios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.

- (E) Atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito.

54. A Lei nº 12.030/2009 dispõe sobre as perícias oficiais. Acerca dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal e civil.
(B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurada autonomia técnica, científica, funcional e administrativa.
(C) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal não estão sujeitos a regime especial de trabalho.
(D) São peritos de natureza criminal apenas os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento.
(E) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, não é exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

55. De acordo com Espindula (2009), “O laudo pericial é uma peça técnica-formal, por meio do qual é apresentado o resultado de uma perícia, [...], feito por peritos”. Referente às partes desse documento, considerado um relatório médico-legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Preâmbulo: registro dos fatos mais significativos que motivam o período da perícia.
(B) Discussão: compreende-se nessa parte a síntese diagnóstica redigida com clareza.
(C) Descrição: é a parte essencial e mais importante do relatório, no qual se deve incluir todos os detalhes, achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.
(D) Conclusão: consta nessa parte o nome da autoridade que requereu a perícia.
(E) Histórico: parte obrigatória, creditada ao perito.

56. Assinale a alternativa correta em relação aos documentos médico-legais.

- (A) Atestados oficiosos compreendem todos os documentos emitidos por um órgão oficial.
- (B) O parecer médico-legal é constituído de todas as partes do relatório.
- (C) O parecer não é uma peça técnica-científica.
- (D) Atestados administrativos são os produzidos por interesse da justiça.
- (E) O parecer técnico tem uma abrangência mais restrita que o laudo.

57. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Perigo de vida não é considerado lesão corporal.
- (B) Aborto é lesão corporal de natureza grave.
- (C) Uma criança que sofreu lesão corporal que a incapacita para as ocupações habituais por 20 dias se enquadra nesse art. 129 do CPB.
- (D) Incapacidade permanente para o trabalho é lesão grave.
- (E) Considera-se lesão corporal seguida de morte quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

58. Um indivíduo sofreu uma lesão e teve a capacidade de movimentar a perna direita reduzida em 95%. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, em qual classificação o caso se encaixa mais especificamente?

- (A) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- (B) Deformidade permanente.
- (C) Perigo de vida.
- (D) Lesão corporal grave.
- (E) Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

59. A marca de Jellinek se refere a uma lesão causada por uma energia de ordem

- (A) física.
- (B) mecânica.
- (C) química.
- (D) físico-química.
- (E) bioquímica.

60. O frio e o calor podem modificar o estado físico dos corpos humanos e causar lesões, respectivamente, conhecidas por geladuras e queimaduras, que podem ser classificadas em graus (1 a 4). Assinale

a alternativa que apresenta algumas das características de cada grau, respectivamente, para as geladuras/queimaduras.

- (A) Primeiro grau: aspecto anserino da pele / flictenas.
- (B) Segundo grau: eritema / flictenas.
- (C) Terceiro grau: bolhas hemorrágicas / incidência até os planos musculares.
- (D) Quarto grau: desarticulação/ cicatriz retrátil.
- (E) Primeiro grau: rubefação / flictenas.

61. A legislação brasileira define tortura como “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental”. O Protocolo de Istambul, produzido pela ONU, recomenda a investigação e documentação eficazes da tortura. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Espancamento dos pés não se constitui em uma forma de tortura.
- (B) Quando não há sinal físico no corpo, a tortura não aconteceu.
- (C) Deve-se descrever detalhadamente todas as lesões, independente de seu vulto, quanto à/às forma, idade, dimensões, localização e particularidades.
- (D) O exame clínico, no caso de tortura mental, está prejudicado.
- (E) Não é possível distinguir a antiguidade de fraturas ósseas por exames de imagem.

62. O diagnóstico diferencial entre as lesões produzidas em vida ou depois da morte pode ser realizado por meios tradicionais e meios subsidiários (exames de laboratório). Como característica(s) de lesões *intravítam*, pode-se ter

- (A) ausência de coagulação de sangue.
- (B) escoriação e irretratibilidade dos tecidos.
- (C) lesões brancas e infiltração hemorrágica nos tecidos.
- (D) equimose e presença de crosta na escoriação.
- (E) flictenas contendo ar.

63. Técnicas cronotanatógnósticas compreendem a observação de modificações e fenômenos que se instalam progressivamente no cadáver que possibilitam estimar um lapso temporal desde o momento da morte. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O crescimento do pelo da barba possibilita estimar o intervalo desde a morte.
- (B) Quanto maior o tempo decorrido da morte, mais precisa é a estimativa temporal.
- (C) *Algor mortis* e *rigor mortis* não são úteis para estimar o intervalo desde a morte.
- (D) As manchas de hipóstase podem ser utilizadas para estimar o intervalo desde a morte, especialmente por não se fixarem no cadáver.
- (E) Não é possível aplicar técnicas cronotanatógnósticas em corpos esqueletizados.

64. A necropsia médico-legal, realizada por médico-legista, é “a perícia das perícias”. Sobre a necropsia médico-legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser realizada em toda morte ocorrida por causa natural.
- (B) O exame externo deve ser sumário e omissivo.
- (C) É obrigatória em morte de pessoas falecidas por morte natural sem assistência médica.
- (D) Não existe justificativa para não realizar o exame interno das 3 cavidades: craniana, torácica e abdominal.
- (E) Tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatógnose e determinar a causa médica da morte.

65. Em relação às asfixias, é correto afirmar que

- (A) são causadas por energias de ordem mecânica.
- (B) o enforcamento é causado por força constritiva ativa.
- (C) o estrangulamento é causado por força constritiva passiva.
- (D) a esganadura é causada por sufocação.
- (E) a sufocação indireta é causada pela compressão do tórax.

66. Considerando a fisiopatologia das asfixias, é possível determinar um cronograma estabelecendo suas diversas fases com o aparecimento das manifestações clínicas. Referente ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A 1ª fase é conhecida como fase de excitação cortical e medular.
- (B) Na 2ª fase, aparecem enjôos, lipotimias e vertigens.
- (C) A 3ª fase se caracteriza pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios.

- (D) A 4ª fase é conhecida como fase respiratória.
- (E) Na 3ª fase, os batimentos do coração são lentos e arrítmicos.

67. Em relação às energias de ordem química, das substâncias que são capazes de causar danos à vida e à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cáusticos, quando provocam escaras endurecidas, é devido ao seu efeito liquefaciente.
- (B) Os ácidos produzem escaras secas e de cor variada.
- (C) O efeito coagulante dos cáusticos produz escaras úmidas.
- (D) O critério médico-legal é o menos importante dentre os critérios de exclusão ou identificação dos envenenamentos.
- (E) Para conservação do material coletado para pesquisa em necropsia de envenenados, sempre é necessário usar formol para conservação do material.

68. A embriaguez alcoólica aguda se caracteriza por um conjunto de manifestações psiconeurossomáticas resultantes da intoxicação etílica imediata, episódica e passageira. A disartria se manifesta pelo distúrbio da

- (A) visão.
- (B) audição.
- (C) olfação.
- (D) fala.
- (E) marcha.

69. A lei nº 12.654/2012 – relacionada à coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, que alterou as Leis nº 12.037/2009 e nº 7.210/1984 – tem como objetivo contribuir no combate aos altos índices de criminalidade e impunidade no Brasil. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei prevê que o perfil genético também pode ser obtido, se for necessário, para a investigação policial.
- (B) Os dados relacionados à coleta de perfil genético devem ser armazenados em banco de dados gerenciado pelo Ministério da Justiça.
- (C) Uma vez inserido no banco de dados criminais, não há previsão de exclusão do perfil genético.
- (D) Essa lei determina a inclusão do perfil genético de indivíduos condenados por crimes contra a pessoa no banco de dados.
- (E) Essa lei prevê que os dados constantes no banco de dados não terão caráter sigiloso, pois são necessários para a instrução processual.

70. Na genética forense, os padrões de herança dos marcadores genéticos são muito importantes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os marcadores genéticos do cromossomo Y, muito utilizados na resolução de casos sexuais, por exemplo, são capazes de individualizar uma pessoa do sexo masculino.
- (B) A análise do mtDNA, que segue um padrão de transmissão materno, permite a individualização de pessoas do sexo feminino.
- (C) Os marcadores genéticos presentes nos cromossomos autossômicos, como os STRs, são herdados de apenas um dos genitores.
- (D) A análise do mtDNA pode ser utilizada quando o DNA autossômico encontra-se degradado ou quando se deseja estabelecer vínculos genéticos maternos distantes.
- (E) O padrão de herança genética dos marcadores presentes nos cromossomos autossômicos e sexuais é igual.

71. No Brasil, há uma elevada incidência de casos de violência sexual. Além do exame clínico, há a necessidade de constatar o sêmen coletado do corpo da vítima. Um exame indicativo de sêmen em casos forenses é a detecção de

- (A) sangue humano.
- (B) pelos humanos.
- (C) antígenos prostáticos específicos.
- (D) ácido láctico.
- (E) glóbulos brancos.

72. Em mulheres, a dispareunia pode, eventualmente, constituir defeito físico, sendo considerada, dentro da sexologia forense, como

- (A) neurose sexual.
- (B) cópula dolorosa para a mulher.
- (C) hiperestesia da vulva.
- (D) esterilidade feminina.
- (E) ausência de útero.

73. Em relação à dubiedade sexual do pseudo-hermafrodita, assinale a alternativa correta.

- (A) Há ovário e testículo.
- (B) Não há dubiedade na conformação do órgão externo.
- (C) Há glândulas genitais dos dois sexos.
- (D) Não há ovário nem testículo.
- (E) Há glândulas genitais de um só sexo.

74. O exame do hímen é valioso no diagnóstico da virgindade. Em relação ao tema, assinale a correta.

- (A) É exclusivo dos humanos.
- (B) O óstio himenal é a membrana do hímen.
- (C) A orla himenal é o orifício que a membrana apresenta.
- (D) A interrupção da orla himenal constitui os entalhes e as comissuras.
- (E) Os entalhes são profundos e separam a orla em verdadeiros lábios.

75. Em relação ao infanticídio, é correto afirmar que

- (A) é necessária a presença do estado puerperal da mulher.
- (B) a verificação de vida extra-uterina não é importante.
- (C) é possível sua configuração em natimorto.
- (D) a docimásia de galeno não permite verificar se houve vida extra-uterina.
- (E) não existe docimásia histológica.

76. Um indivíduo do sexo masculino, após sair de uma festa em que havia ingerido bebida alcoólica voluntariamente, estava dirigindo seu carro e se envolveu em um acidente de trânsito, o que resultou na morte de um pedestre. Nesse caso, penalmente, ele é considerado

- (A) inimputável.
- (B) semi-imputável.
- (C) imputável.
- (D) incapaz.
- (E) inocente.

77. Acidente de trabalho é aquele que ocorre devido ao exercício de uma atividade laboral. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Doenças profissionais produzidas devido ao trabalho não estão incluídas nessa definição.
- (B) A incapacidade para o trabalho também o caracteriza.
- (C) Não é necessário um nexo de causalidade para caracterizá-lo.
- (D) A incapacidade temporária para o trabalho caracteriza a invalidez.
- (E) O horário e local não são importantes variáveis para caracterizá-lo.

78. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Afastar a possibilidade de _____ na perícia do acidentado é essencial para realizar um exame minucioso e adequado, podendo ser realizado o estudo dos sinais da dor para verificar a realidade ou não desse fenômeno.

- (A) simulação
- (B) erro
- (C) dissimulação
- (D) metassimulação
- (E) imitação

79. Em relação à responsabilidade médica, assinale a alternativa correta.

- (A) O erro médico é, essencialmente e na sua maioria, doloso.
- (B) Na esfera penal, a responsabilidade médica não é culposa.
- (C) A imprudência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como um agir sem a cautela necessária.
- (D) A imperícia médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como falta de observância aos deveres que as circunstâncias exigem.
- (E) A negligência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, pode ser caracterizada como despreparo técnico.

80. A avaliação do erro médico é uma perícia complexa. Dentre seus objetivos, há a necessidade de estabelecer uma relação entre o dano e a agressão. Sobre o nexo causal, é correto afirmar que

- (A) há necessidade que se tenha prova ou testemunho de que o evento alegado tenha existido.
- (B) o estudo do estado anterior da vítima à ofensa recebida é importante na avaliação do dano corporal.
- (C) o nexo de causalidade não é de exclusiva competência médico-legal.
- (D) a relação entre o dano e agressão não é imprescindível.
- (E) a concausalidade não é importante na avaliação do dano corporal.

81. “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, [...]”. Assinale a alternativa correta em relação à produção do exame pericial.

- (A) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase pré-processual.
- (B) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase processual.
- (C) O exame pericial, nas infrações penais que deixam vestígio, é dispensável para a propositura da ação penal.
- (D) A ausência do exame pericial nas infrações penais que deixam vestígio não leva à nulidade da ação penal.
- (E) As provas não repetíveis devem ser realizadas no momento de seu descobrimento, sob pena de perecimento ou impossibilidade de posterior análise, ainda no curso da fase pré-processual.

82. Denomina-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A cadeia de custódia inicia com a preservação do local de crime.
- (B) A cadeia de custódia inicia com a chegada da perícia.
- (C) O acondicionamento dos vestígios deve ser feito em conjunto, não individualizado.
- (D) A central de custódia no órgão pericial não é um aspecto importante da cadeia de custódia.
- (E) A cadeia de custódia finaliza quando o vestígio entra no órgão pericial para análise.

83. Para realizar a estimativa de idade de uma ossada de um subadulto, qual, dentre os seguintes métodos, deveria ser o escolhido por fornecer resultados mais acurados?

- (A) Método dental regressivo.
- (B) Suturas cranianas.
- (C) Sínfise púbica.
- (D) Superfície auricular do ílio.
- (E) União das epífises.

84. Para calcular a estimativa de estatura de um esqueleto adulto completo, é possível realizar variados métodos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível utilizar o primeiro metatarso esquerdo.
- (B) O mais adequado é utilizar um método com amostra de diferente ancestralidade em relação ao esqueleto encontrado.
- (C) A estimativa deve ter como resultado um valor exato.
- (D) A medição do fêmur deve ser realizada com a medida anatômica, independente do método utilizado.
- (E) A estatura deve ser realizada em primeiro lugar, quando da estimativa do perfil biológico.

85. Um corpo foi encontrado carbonizado em um acidente automobilístico, restando apenas o tronco, parte dos membros inferiores sem as extremidades e a cabeça. Para realizar sua identificação, qual dentre os seguintes métodos seria o mais indicado, considerando que existem

informações ante mortem disponíveis para os métodos propostos?

- (A) Impressão digital.
- (B) Reconhecimento facial.
- (C) DNA.
- (D) Método odontolegal.
- (E) Reconstrução facial forense.

86. A estimativa da espécie é um dos primeiros passos no exame de um corpo. A diferenciação entre ossos humanos e não humanos pode ser feita por meio da tricológia forense. Em relação a esse método, assinale a alternativa correta.

- (A) Os animais possuem pelos cilíndricos.
- (B) Os humanos apresentam cutícula fortemente imbricada.
- (C) Os humanos possuem cortical muito reduzida.
- (D) Os animais apresentam a medular nem sempre visível.
- (E) Os pelos de humanos são fusiformes.

87. Um corpo de um subadulto de 8 anos foi encontrado na beira de um rio, totalmente esqueletizado e sem pertences. Com base em metodologia científica, qual método deveria ser utilizado para estimar o sexo dos remanescentes ósseos?

- (A) Método antroposcópico da pelve.
- (B) Método antroposcópico do crânio.
- (C) Método antropométrico da cabeça do fêmur.
- (D) Exame genético.
- (E) Método antropométrico do crânio.

88. Em relação à cartilagem da epífise medial da clavícula, assinale a alternativa correta.

- (A) Se estiver fechada, o indivíduo tem mais de 16 anos de idade.
- (B) Se estiver aberta, o indivíduo tem menos de 15 anos de idade.
- (C) Se estiver aberta, a investigação pende para adultos.
- (D) Se estiver fechada, a investigação pende para subadultos.
- (E) É a última cartilagem epifisária a se fechar.

89. Em relação ao procedimento de exumação, assinale a alternativa correta.

- (A) As exumações administrativas em cemitério necessitam de ordem judicial.
- (B) É realizado exclusivamente quando há dúvida quanto à causa da morte.
- (C) A sepultura deve ser localizada por qualquer pessoa.

- (D) Os familiares não podem estar presentes.
(E) Pode ser realizado quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver.
- 90. João nunca soube quem é sua mãe e necessita realizar um exame de maternidade. Dentre as seguintes opções, qual é a melhor combinação (considerando a melhor estatística) para o exame genético?**
- (A) Dois irmãos de João e João.
(B) Um irmão de João e João.
(C) Pai de João e João.
(D) Avô paterno de João e João.
(E) Mãe de João e João.
- 91. Os traumas que atingem os ossos deixam marcas características, sendo classificadas em fraturas *ante mortem*, *perimortem* e *post mortem*. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Toda fratura relacionada ao evento morte é considerada *post mortem*.
(B) Fragmentos ósseos aderidos ao foco da fratura indicam-na como *perimortem*.
(C) Fratura em galho verde aponta uma lesão *ante mortem*.
(D) Para correlacionar uma fratura como *perimortem*, é necessário evidenciar sinal de remodelação óssea.
(E) Fraturas com coloração mais esbranquiçada do que o restante do osso ao redor são consideradas *antemortem*.
- 92. Após um exame ginecológico, o médico-legista respondeu NÃO ao quesito relacionado à existência de conjunção carnal em uma pericianda. Dentre as seguintes variáveis, qual é a que melhor se encaixa com a resposta presente no laudo?**
- (A) Ausência de rotura himenal.
(B) Presença de hímen complacente com gravidez.
(C) Presença de fosfatase ácida na vagina.
(D) Presença de hímen complacente sem gravidez.
(E) Presença de contaminação venérea.
- 93. No Brasil, aproveitando-se das aglomerações em transportes públicos, alguns indivíduos objetivam esfregar seus órgãos genitais, principalmente em mulheres, ou tocar seus seios ou genitais, sem que outra pessoa perceba ou identifique suas intenções. Esse transtorno sexual é conhecido como**
- (A) urolagnia.
(B) riparofilia.
(C) autoerotismo.
(D) exibicionismo.
(E) frotteurismo.
- 94. A responsabilidade civil, em uma relação profissional do médico com o paciente, pode se dar com base na obrigação de meio e de resultado. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta.**
- (A) Obrigação de meio é aquela em que o médico se compromete a executar o serviço e produzir o resultado contratado.
(B) A obrigação de meio não gera responsabilidade civil.
(C) O médico que trata uma doença infecciosa em um paciente tem uma obrigação de resultado.
(D) O cirurgião-plástico que realiza uma cirurgia exclusivamente estética está regido por uma obrigação de resultado.
(E) Obrigação de resultado é aquela em que o médico se responsabiliza por executar o serviço, mas não o resultado contratado.
- 95. Após estabelecido o nexo de causalidade entre uma ação realizada por um médico e o dano corporal resultante em um periciando, o médico-legista passou a verificar as repercussões do dano em suas atividades. Tendo em vista que o dano corporal foi considerado permanente, qual dos seguintes critérios NÃO é importante para realizar a avaliação?**
- (A) Déficit permanente da integridade psíquica.
(B) Desgosto revelado pelo periciando devido à extensão do dano estético.
(C) Verificar a culpa do médico.
(D) Repercussões na atividade sexual.
(E) Repercussões nas atividades de lazer.
- 96. Identidade é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais. Os métodos de identificação por meio dos dentes e das impressões digitais são considerados, respectivamente:**
- (A) identificação técnica e biológica.
(B) identificação médico-legal e biológica.
(C) identificação técnica e médico-legal.
(D) identificação policial e biológica.
(E) identificação médico-legal e judiciária.

97. Em uma exumação realizada em um cemitério, o médico-legista se deparou com um caixão hermeticamente selado. Tão logo abriu a tampa superior, verificou que o corpo havia sofrido um fenômeno transformativo típico desse tipo de urna metálica. Trata-se de

- (A) autólise.
- (B) coreificação.
- (C) mumificação.
- (D) maceração.
- (E) saponificação.

98. Em uma avaliação de lesão corporal em uma mãe e em seu filho, no IML, o médico-legista notou equimose e escoriação na face da mãe e uma marca de mordida no pescoço do filho. As ações/meios que causaram as lesões na mãe e no filho são, respectivamente:

- (A) perfurante e contundente.
- (B) contusa e cortocontusa.
- (C) contundente e contusa.
- (D) contundente e cortocontundente.
- (E) contundente e cortante.

99. Em relação às perturbações produzidas pelo uso excessivo do álcool, é correto afirmar que

- (A) determinar a taxa de álcool no sangue suplanta a necessidade de avaliar as manifestações clínicas do periciando.
- (B) são decorrentes mais em razão da quantidade ingerida do que pela tolerância individual.
- (C) as manifestações físicas são as mais importantes para firmar o diagnóstico.
- (D) as manifestações psíquicas não devem fazer parte da avaliação.
- (E) as manifestações neurológicas estão ligadas a alterações clínicas de equilíbrio, marcha e coordenação motora.

100. Em um exame de uma criança com diversas lesões e feridas no corpo, o médico-legista suspeitou estar diante de um caso da Síndrome da Criança Maltratada. Como ele NÃO deveria agir para alcançar tal diagnóstico?

- (A) Descrever as lesões quanto à forma, ao tipo, à localização e ao número.
- (B) Realizar estudo radiológico para verificar fraturas e calcificações ósseas em diferentes estágios.
- (C) Realizar a entrevista, sempre que possível, na presença do responsável.
- (D) Verificar a escassez de tecido subcutâneo relacionado à privação de alimento.
- (E) Verificar presença de infestações de parasitas relacionada à negligência.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

MÉDICO LEGISTA

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA 02

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - disfarçar um preconceito linguístico.
 - denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - a fim de que.
 - afim de que.
 - conquanto que.
 - com quanto que.
 - porquanto que.
- De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
 - O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
- Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a

percepção deles sobre a problemática abordada.

- (A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."

5. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

6. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

7. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

8. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

9. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

10. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

11. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por

- (A) derivação prefixal.
- (B) derivação parassintética.
- (C) redução.
- (D) hibridismo.
- (E) composição por aglutinação.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça pior do que as formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

13. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

14. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

15. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

17. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

18. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.

- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

19. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

20. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

21. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

22. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

23. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

25. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

27. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

Noções de Direito Processual Penal

31. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.

- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

32. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

33. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

34. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

35. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

36. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de

diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influndo na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

37. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

- 38. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
 - (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
 - (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
 - (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.
- 39. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
 - (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
 - (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
 - (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
 - (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

- 40. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.**
- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
 - (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
 - (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
 - (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
 - (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

Noções de Direito Penal

- 41. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
 - (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
 - (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
 - (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.

- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.
- 42. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.
- 43. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a**
- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.
- 44. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio**
- da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de**
- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.
- 45. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?**
- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.
- 46. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO**
- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

47. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bíprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

49. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

Conhecimentos Específicos

51. Em relação às perturbações produzidas pelo uso excessivo do álcool, é correto afirmar que

- (A) determinar a taxa de álcool no sangue suplanta a necessidade de avaliar as manifestações clínicas do periciando.
- (B) são decorrentes mais em razão da quantidade ingerida do que pela tolerância individual.
- (C) as manifestações físicas são as mais importantes para firmar o diagnóstico.
- (D) as manifestações psíquicas não devem fazer parte da avaliação.
- (E) as manifestações neurológicas estão ligadas a alterações clínicas de equilíbrio, marcha e coordenação motora.

52. Em um exame de uma criança com diversas lesões e feridas no corpo, o médico-legista suspeitou estar diante de um caso da Síndrome da Criança Maltratada. Como ele NÃO deveria agir para alcançar tal diagnóstico?

- (A) Descrever as lesões quanto à forma, ao tipo, à localização e ao número.
- (B) Realizar estudo radiológico para verificar fraturas e calcificações ósseas em diferentes estágios.
- (C) Realizar a entrevista, sempre que possível, na presença do responsável.

- (D) Verificar a escassez de tecido subcutâneo relacionado à privação de alimento.
- (E) Verificar presença de infestações de parasitas relacionada à negligência.

53. A Medicina Legal pode ser classificada sob diversos enfoques, dentre os quais destaca-se o histórico. A fase evolutiva da Medicina Legal que discute os assuntos ligados à Ética, à Moral e à Bioética Médica em face do exercício da Medicina é a

- (A) Medicina Legal Pericial.
- (B) Medicina Legal Legislativa.
- (C) Medicina Legal Doutrinária.
- (D) Medicina Legal Filosófica.
- (E) Medicina Legal Judiciária.

54. De acordo com Afrânio Peixoto, a Medicina Legal pode ser definida como “A aplicação de conhecimentos científicos dos mistérios da justiça”. Do ponto de vista didático tradicional, a Medicina Legal pode ser dividida em Geral e Legal. No caso da Geral, seu campo de ação se ocupa de várias áreas do conhecimento, como

- (A) Antropologia Forense.
- (B) Honorários Médicos.
- (C) Asfixiologia Forense.
- (D) Genética Forense.
- (E) Sexologia Forense.

55. O Código de Ética Médica, que deve ser seguido por todos os profissionais, elenca uma série de vedações. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas vedações.

- (A) Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício da profissão, mesmo que tenha um motivo justo.
- (B) Assinar laudos periciais cujo exame tenha realizado pessoalmente.
- (C) Deixar de atestar óbito de paciente ao qual vinha prestando assistência, especialmente quando houver indícios de morte violenta.
- (D) Realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos no interior de presídios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.
- (E) Atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito.

56. A Lei nº 12.030/2009 dispõe sobre as perícias oficiais. Acerca dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal e civil.
- (B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurada autonomia técnica, científica, funcional e administrativa.
- (C) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal não estão sujeitos a regime especial de trabalho.
- (D) São peritos de natureza criminal apenas os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento.
- (E) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, não é exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

57. De acordo com Espindula (2009), “O laudo pericial é uma peça técnica-formal, por meio do qual é apresentado o resultado de uma perícia, [...], feito por peritos”. Referente às partes desse documento, considerado um relatório médico-legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Preâmbulo: registro dos fatos mais significativos que motivam o período da perícia.
- (B) Discussão: compreende-se nessa parte a síntese diagnóstica redigida com clareza.
- (C) Descrição: é a parte essencial e mais importante do relatório, no qual se deve incluir todos os detalhes, achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.
- (D) Conclusão: consta nessa parte o nome da autoridade que requereu a perícia.
- (E) Histórico: parte obrigatória, creditada ao perito.

58. Assinale a alternativa correta em relação aos documentos médico-legais.

- (A) Atestados oficiosos compreendem todos os documentos emitidos por um órgão oficial.
- (B) O parecer médico-legal é constituído de todas as partes do relatório.
- (C) O parecer não é uma peça técnica-científica.
- (D) Atestados administrativos são os produzidos por interesse da justiça.
- (E) O parecer técnico tem uma abrangência mais restrita que o laudo.

59. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Perigo de vida não é considerado lesão corporal.
- (B) Aborto é lesão corporal de natureza grave.
- (C) Uma criança que sofreu lesão corporal que a incapacita para as ocupações habituais por 20 dias se enquadra nesse art. 129 do CPB.
- (D) Incapacidade permanente para o trabalho é lesão grave.
- (E) Considera-se lesão corporal seguida de morte quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

60. Um indivíduo sofreu uma lesão e teve a capacidade de movimentar a perna direita reduzida em 95%. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, em qual classificação o caso se encaixa mais especificamente?

- (A) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- (B) Deformidade permanente.
- (C) Perigo de vida.
- (D) Lesão corporal grave.
- (E) Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

61. A marca de Jellinek se refere a uma lesão causada por uma energia de ordem

- (A) física.
- (B) mecânica.
- (C) química.
- (D) físico-química.
- (E) bioquímica.

62. O frio e o calor podem modificar o estado físico dos corpos humanos e causar lesões, respectivamente, conhecidas por geladuras e queimaduras, que podem ser classificadas em graus (1 a 4). Assinale

a alternativa que apresenta algumas das características de cada grau, respectivamente, para as geladuras/queimaduras.

- (A) Primeiro grau: aspecto anserino da pele / flictenas.
- (B) Segundo grau: eritema / flictenas.
- (C) Terceiro grau: bolhas hemorrágicas / incidência até os planos musculares.
- (D) Quarto grau: desarticulação/ cicatriz retrátil.
- (E) Primeiro grau: rubefação / flictenas.

63. A legislação brasileira define tortura como “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental”. O Protocolo de Istambul, produzido pela ONU, recomenda a investigação e documentação eficazes da tortura. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Espancamento dos pés não se constitui em uma forma de tortura.
- (B) Quando não há sinal físico no corpo, a tortura não aconteceu.
- (C) Deve-se descrever detalhadamente todas as lesões, independente de seu vulto, quanto à/às forma, idade, dimensões, localização e particularidades.
- (D) O exame clínico, no caso de tortura mental, está prejudicado.
- (E) Não é possível distinguir a antiguidade de fraturas ósseas por exames de imagem.

64. O diagnóstico diferencial entre as lesões produzidas em vida ou depois da morte pode ser realizado por meios tradicionais e meios subsidiários (exames de laboratório). Como característica(s) de lesões *intravitam*, pode-se ter

- (A) ausência de coagulação de sangue.
- (B) escoriação e irretratibilidade dos tecidos.
- (C) lesões brancas e infiltração hemorrágica nos tecidos.
- (D) equimose e presença de crosta na escoriação.
- (E) flictenas contendo ar.

65. Técnicas cronotanatógnósticas compreendem a observação de modificações e fenômenos que se instalam progressivamente no cadáver que possibilitam estimar um lapso temporal desde o momento da morte. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O crescimento do pelo da barba possibilita estimar o intervalo desde a morte.
- (B) Quanto maior o tempo decorrido da morte, mais precisa é a estimativa temporal.
- (C) *Algor mortis* e *rigor mortis* não são úteis para estimar o intervalo desde a morte.
- (D) As manchas de hipóstase podem ser utilizadas para estimar o intervalo desde a morte, especialmente por não se fixarem no cadáver.
- (E) Não é possível aplicar técnicas cronotanatógnósticas em corpos esqueletizados.

66. A necropsia médico-legal, realizada por médico-legista, é “a perícia das perícias”. Sobre a necropsia médico-legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser realizada em toda morte ocorrida por causa natural.
- (B) O exame externo deve ser sumário e omissivo.
- (C) É obrigatória em morte de pessoas falecidas por morte natural sem assistência médica.
- (D) Não existe justificativa para não realizar o exame interno das 3 cavidades: craniana, torácica e abdominal.
- (E) Tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatognose e determinar a causa médica da morte.

67. Em relação às asfixias, é correto afirmar que

- (A) são causadas por energias de ordem mecânica.
- (B) o enforcamento é causado por força constritiva ativa.
- (C) o estrangulamento é causado por força constritiva passiva.
- (D) a esganadura é causada por sufocação.
- (E) a sufocação indireta é causada pela compressão do tórax.

68. Considerando a fisiopatologia das asfixias, é possível determinar um cronograma estabelecendo suas diversas fases com o aparecimento das manifestações clínicas. Referente ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A 1ª fase é conhecida como fase de excitação cortical e medular.
- (B) Na 2ª fase, aparecem enjôos, lipotimias e vertigens.
- (C) A 3ª fase se caracteriza pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios.

- (D) A 4ª fase é conhecida como fase respiratória.
- (E) Na 3ª fase, os batimentos do coração são lentos e arrítmicos.

69. Em relação às energias de ordem química, das substâncias que são capazes de causar danos à vida e à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cáusticos, quando provocam escaras endurecidas, é devido ao seu efeito liquefaciente.
- (B) Os ácidos produzem escaras secas e de cor variada.
- (C) O efeito coagulante dos cáusticos produz escaras úmidas.
- (D) O critério médico-legal é o menos importante dentre os critérios de exclusão ou identificação dos envenenamentos.
- (E) Para conservação do material coletado para pesquisa em necropsia de envenenados, sempre é necessário usar formol para conservação do material.

70. A embriaguez alcoólica aguda se caracteriza por um conjunto de manifestações psiconeurossomáticas resultantes da intoxicação etílica imediata, episódica e passageira. A disartria se manifesta pelo distúrbio da

- (A) visão.
- (B) audição.
- (C) olfação.
- (D) fala.
- (E) marcha.

71. A lei nº 12.654/2012 – relacionada à coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, que alterou as Leis nº 12.037/2009 e nº 7.210/1984 – tem como objetivo contribuir no combate aos altos índices de criminalidade e impunidade no Brasil. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei prevê que o perfil genético também pode ser obtido, se for necessário, para a investigação policial.
- (B) Os dados relacionados à coleta de perfil genético devem ser armazenados em banco de dados gerenciado pelo Ministério da Justiça.
- (C) Uma vez inserido no banco de dados criminais, não há previsão de exclusão do perfil genético.
- (D) Essa lei determina a inclusão do perfil genético de indivíduos condenados por crimes contra a pessoa no banco de dados.
- (E) Essa lei prevê que os dados constantes no banco de dados não terão caráter sigiloso, pois são necessários para a instrução processual.

72. Na genética forense, os padrões de herança dos marcadores genéticos são muito importantes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os marcadores genéticos do cromossomo Y, muito utilizados na resolução de casos sexuais, por exemplo, são capazes de individualizar uma pessoa do sexo masculino.
- (B) A análise do mtDNA, que segue um padrão de transmissão materno, permite a individualização de pessoas do sexo feminino.
- (C) Os marcadores genéticos presentes nos cromossomos autossômicos, como os STRs, são herdados de apenas um dos genitores.
- (D) A análise do mtDNA pode ser utilizada quando o DNA autossômico encontra-se degradado ou quando se deseja estabelecer vínculos genéticos maternos distantes.
- (E) O padrão de herança genética dos marcadores presentes nos cromossomos autossômicos e sexuais é igual.

73. No Brasil, há uma elevada incidência de casos de violência sexual. Além do exame clínico, há a necessidade de constatar o sêmen coletado do corpo da vítima. Um exame indicativo de sêmen em casos forenses é a detecção de

- (A) sangue humano.
- (B) pelos humanos.
- (C) antígenos prostáticos específicos.
- (D) ácido láctico.
- (E) glóbulos brancos.

74. Em mulheres, a dispareunia pode, eventualmente, constituir defeito físico, sendo considerada, dentro da sexologia forense, como

- (A) neurose sexual.
- (B) cópula dolorosa para a mulher.
- (C) hiperestesia da vulva.
- (D) esterilidade feminina.
- (E) ausência de útero.

75. Em relação à dubiedade sexual do pseudo-hermafrodita, assinale a alternativa correta.

- (A) Há ovário e testículo.
- (B) Não há dubiedade na conformação do órgão externo.
- (C) Há glândulas genitais dos dois sexos.
- (D) Não há ovário nem testículo.
- (E) Há glândulas genitais de um só sexo.

76. O exame do hímen é valioso no diagnóstico da virgindade. Em relação ao tema, assinale a correta.

- (A) É exclusivo dos humanos.
- (B) O óstio himenal é a membrana do hímen.
- (C) A orla himenal é o orifício que a membrana apresenta.
- (D) A interrupção da orla himenal constitui os entalhes e as comissuras.
- (E) Os entalhes são profundos e separam a orla em verdadeiros lábios.

77. Em relação ao infanticídio, é correto afirmar que

- (A) é necessária a presença do estado puerperal da mulher.
- (B) a verificação de vida extra-uterina não é importante.
- (C) é possível sua configuração em natimorto.
- (D) a docimásia de galeno não permite verificar se houve vida extra-uterina.
- (E) não existe docimásia histológica.

- 78. Um indivíduo do sexo masculino, após sair de uma festa em que havia ingerido bebida alcoólica voluntariamente, estava dirigindo seu carro e se envolveu em um acidente de trânsito, o que resultou na morte de um pedestre. Nesse caso, penalmente, ele é considerado**
- (A) inimputável.
 - (B) semi-imputável.
 - (C) imputável.
 - (D) incapaz.
 - (E) inocente.
- 79. Acidente de trabalho é aquele que ocorre devido ao exercício de uma atividade laboral. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Doenças profissionais produzidas devido ao trabalho não estão incluídas nessa definição.
 - (B) A incapacidade para o trabalho também o caracteriza.
 - (C) Não é necessário um nexo de causalidade para caracterizá-lo.
 - (D) A incapacidade temporária para o trabalho caracteriza a invalidez.
 - (E) O horário e local não são importantes variáveis para caracterizá-lo.
- 80. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. Afastar a possibilidade de _____ na perícia do acidentado é essencial para realizar um exame minucioso e adequado, podendo ser realizado o estudo dos sinais da dor para verificar a realidade ou não desse fenômeno.**
- (A) simulação
 - (B) erro
 - (C) dissimulação
 - (D) metassimulação
 - (E) imitação
- 81. Em relação à responsabilidade médica, assinale a alternativa correta.**
- (A) O erro médico é, essencialmente e na sua maioria, doloso.
 - (B) Na esfera penal, a responsabilidade médica não é culposa.
 - (C) A imprudência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como um agir sem a cautela necessária.
 - (D) A imperícia médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como falta de observância aos deveres que as circunstâncias exigem.
 - (E) A negligência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, pode ser caracterizada como despreparo técnico.
- 82. A avaliação do erro médico é uma perícia complexa. Dentre seus objetivos, há a necessidade de estabelecer uma relação entre o dano e a agressão. Sobre o nexo causal, é correto afirmar que**
- (A) há necessidade que se tenha prova ou testemunho de que o evento alegado tenha existido.
 - (B) o estudo do estado anterior da vítima à ofensa recebida é importante na avaliação do dano corporal.
 - (C) o nexo de causalidade não é de exclusiva competência médico-legal.
 - (D) a relação entre o dano e agressão não é imprescindível.
 - (E) a concausalidade não é importante na avaliação do dano corporal.
- 83. “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, [...]”. Assinale a alternativa correta em relação à produção do exame pericial.**
- (A) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase pré-processual.
 - (B) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase processual.
 - (C) O exame pericial, nas infrações penais que deixam vestígio, é dispensável para a propositura da ação penal.
 - (D) A ausência do exame pericial nas infrações penais que deixam vestígio não leva à nulidade da ação penal.
 - (E) As provas não repetíveis devem ser realizadas no momento de seu descobrimento, sob pena de perecimento ou impossibilidade de posterior análise, ainda no curso da fase pré-processual.

84. Denomina-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A cadeia de custódia inicia com a preservação do local de crime.
- (B) A cadeia de custódia inicia com a chegada da perícia.
- (C) O acondicionamento dos vestígios deve ser feito em conjunto, não individualizado.
- (D) A central de custódia no órgão pericial não é um aspecto importante da cadeia de custódia.
- (E) A cadeia de custódia finaliza quando o vestígio entra no órgão pericial para análise.

85. Para realizar a estimativa de idade de uma ossada de um subadulto, qual, dentre os seguintes métodos, deveria ser o escolhido por fornecer resultados mais acurados?

- (A) Método dental regressivo.
- (B) Suturas cranianas.
- (C) Sínfise púbica.
- (D) Superfície auricular do ílio.
- (E) União das epífises.

86. Para calcular a estimativa de estatura de um esqueleto adulto completo, é possível realizar variados métodos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível utilizar o primeiro metatarso esquerdo.
- (B) O mais adequado é utilizar um método com amostra de diferente ancestralidade em relação ao esqueleto encontrado.
- (C) A estimativa deve ter como resultado um valor exato.
- (D) A medição do fêmur deve ser realizada com a medida anatômica, independente do método utilizado.
- (E) A estatura deve ser realizada em primeiro lugar, quando da estimativa do perfil biológico.

87. Um corpo foi encontrado carbonizado em um acidente automobilístico, restando apenas o tronco, parte dos membros inferiores sem as extremidades e a cabeça. Para realizar sua identificação, qual dentre os seguintes métodos seria o mais indicado, considerando que existem

informações ante mortem disponíveis para os métodos propostos?

- (A) Impressão digital.
- (B) Reconhecimento facial.
- (C) DNA.
- (D) Método odontolegal.
- (E) Reconstrução facial forense.

88. A estimativa da espécie é um dos primeiros passos no exame de um corpo. A diferenciação entre ossos humanos e não humanos pode ser feita por meio da tricológia forense. Em relação a esse método, assinale a alternativa correta.

- (A) Os animais possuem pelos cilíndricos.
- (B) Os humanos apresentam cutícula fortemente imbricada.
- (C) Os humanos possuem cortical muito reduzida.
- (D) Os animais apresentam a medular nem sempre visível.
- (E) Os pelos de humanos são fusiformes.

89. Um corpo de um subadulto de 8 anos foi encontrado na beira de um rio, totalmente esqueletizado e sem pertences. Com base em metodologia científica, qual método deveria ser utilizado para estimar o sexo dos remanescentes ósseos?

- (A) Método antroposcópico da pelve.
- (B) Método antroposcópico do crânio.
- (C) Método antropométrico da cabeça do fêmur.
- (D) Exame genético.
- (E) Método antropométrico do crânio.

90. Em relação à cartilagem da epífise medial da clavícula, assinale a alternativa correta.

- (A) Se estiver fechada, o indivíduo tem mais de 16 anos de idade.
- (B) Se estiver aberta, o indivíduo tem menos de 15 anos de idade.
- (C) Se estiver aberta, a investigação pende para adultos.
- (D) Se estiver fechada, a investigação pende para subadultos.
- (E) É a última cartilagem epifisária a se fechar.

91. Em relação ao procedimento de exumação, assinale a alternativa correta.

- (A) As exumações administrativas em cemitério necessitam de ordem judicial.
- (B) É realizado exclusivamente quando há dúvida quanto à causa da morte.
- (C) A sepultura deve ser localizada por qualquer pessoa.

- (D) Os familiares não podem estar presentes.
(E) Pode ser realizado quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver.
- 92. João nunca soube quem é sua mãe e necessita realizar um exame de maternidade. Dentre as seguintes opções, qual é a melhor combinação (considerando a melhor estatística) para o exame genético?**
- (A) Dois irmãos de João e João.
(B) Um irmão de João e João.
(C) Pai de João e João.
(D) Avô paterno de João e João.
(E) Mãe de João e João.
- 93. Os traumas que atingem os ossos deixam marcas características, sendo classificadas em fraturas *ante mortem*, *perimortem* e *post mortem*. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Toda fratura relacionada ao evento morte é considerada *post mortem*.
(B) Fragmentos ósseos aderidos ao foco da fratura indicam-na como *perimortem*.
(C) Fratura em galho verde aponta uma lesão *ante mortem*.
(D) Para correlacionar uma fratura como *perimortem*, é necessário evidenciar sinal de remodelação óssea.
(E) Fraturas com coloração mais esbranquiçada do que o restante do osso ao redor são consideradas *antemortem*.
- 94. Após um exame ginecológico, o médico-legista respondeu NÃO ao quesito relacionado à existência de conjunção carnal em uma pericianda. Dentre as seguintes variáveis, qual é a que melhor se encaixa com a resposta presente no laudo?**
- (A) Ausência de rotura himenal.
(B) Presença de hímen complacente com gravidez.
(C) Presença de fosfatase ácida na vagina.
(D) Presença de hímen complacente sem gravidez.
(E) Presença de contaminação venérea.
- 95. No Brasil, aproveitando-se das aglomerações em transportes públicos, alguns indivíduos objetivam esfregar seus órgãos genitais, principalmente em mulheres, ou tocar seus seios ou genitais, sem que outra pessoa perceba ou identifique suas intenções. Esse transtorno sexual é conhecido como**
- (A) urolagnia.
(B) riparofilia.
(C) autoerotismo.
(D) exibicionismo.
(E) frotteurismo.
- 96. A responsabilidade civil, em uma relação profissional do médico com o paciente, pode se dar com base na obrigação de meio e de resultado. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta.**
- (A) Obrigação de meio é aquela em que o médico se compromete a executar o serviço e produzir o resultado contratado.
(B) A obrigação de meio não gera responsabilidade civil.
(C) O médico que trata uma doença infecciosa em um paciente tem uma obrigação de resultado.
(D) O cirurgião-plástico que realiza uma cirurgia exclusivamente estética está regido por uma obrigação de resultado.
(E) Obrigação de resultado é aquela em que o médico se responsabiliza por executar o serviço, mas não o resultado contratado.
- 97. Após estabelecido o nexo de causalidade entre uma ação realizada por um médico e o dano corporal resultante em um periciando, o médico-legista passou a verificar as repercussões do dano em suas atividades. Tendo em vista que o dano corporal foi considerado permanente, qual dos seguintes critérios NÃO é importante para realizar a avaliação?**
- (A) Déficit permanente da integridade psíquica.
(B) Desgosto revelado pelo periciando devido à extensão do dano estético.
(C) Verificar a culpa do médico.
(D) Repercussões na atividade sexual.
(E) Repercussões nas atividades de lazer.
- 98. Identidade é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais. Os métodos de identificação por meio dos dentes e das impressões digitais são considerados, respectivamente:**
- (A) identificação técnica e biológica.
(B) identificação médico-legal e biológica.
(C) identificação técnica e médico-legal.
(D) identificação policial e biológica.
(E) identificação médico-legal e judiciária.

99. Em uma exumação realizada em um cemitério, o médico-legista se deparou com um caixão hermeticamente selado. Tão logo abriu a tampa superior, verificou que o corpo havia sofrido um fenômeno transformativo típico desse tipo de urna metálica. Trata-se de

- (A) autólise.
- (B) coreificação.
- (C) mumificação.
- (D) maceração.
- (E) saponificação.

100. Em uma avaliação de lesão corporal em uma mãe e em seu filho, no IML, o médico-legista notou equimose e escoriação na face da mãe e uma marca de mordida no pescoço do filho. As ações/meios que causaram as lesões na mãe e no filho são, respectivamente:

- (A) perfurante e contundente.
- (B) contusa e cortocontusa.
- (C) contundente e contusa.
- (D) contundente e cortocontundente.
- (E) contundente e cortante.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

MÉDICO LEGISTA

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA 03

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O ‘Papo de Resposta’ é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de “Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoes>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- 1. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.**
 - (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
 - (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
 - (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
 - (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
 - (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
- 2. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por**
 - (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
- 3. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- 4. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.

5. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

6. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.

7. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

8. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

9. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

10. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

11. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.”

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

13. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

14. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

15. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

17. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

18. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.

- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

19. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

20. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

21. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

23. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

24. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

25. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.

- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

26. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer

tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.

- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

29. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

Noções de Direito Processual Penal

31. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

32. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.

- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

33. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

34. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

35. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

36. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

37. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

38. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

39. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

40. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

Noções de Direito Penal

41. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.

- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

43. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

44. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

45. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.

46. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.

47. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.

48. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

49. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

Conhecimentos Específicos

51. Em uma exumação realizada em um cemitério, o médico-legista se deparou com um caixão hermeticamente selado. Tão logo abriu a tampa superior, verificou que o corpo havia sofrido um fenômeno transformativo típico desse tipo de urna metálica. Trata-se de

- (A) autólise.
- (B) coreificação.
- (C) mumificação.
- (D) maceração.
- (E) saponificação.

- 52. Em uma avaliação de lesão corporal em uma mãe e em seu filho, no IML, o médico-legista notou equimose e escoriação na face da mãe e uma marca de mordida no pescoço do filho. As ações/meios que causaram as lesões na mãe e no filho são, respectivamente:**
- (A) perfurante e contundente.
 - (B) contusa e cortocontusa.
 - (C) contundente e contusa.
 - (D) contundente e cortocontundente.
 - (E) contundente e cortante.
- 53. Em relação às perturbações produzidas pelo uso excessivo do álcool, é correto afirmar que**
- (A) determinar a taxa de álcool no sangue suplanta a necessidade de avaliar as manifestações clínicas do periciando.
 - (B) são decorrentes mais em razão da quantidade ingerida do que pela tolerância individual.
 - (C) as manifestações físicas são as mais importantes para firmar o diagnóstico.
 - (D) as manifestações psíquicas não devem fazer parte da avaliação.
 - (E) as manifestações neurológicas estão ligadas a alterações clínicas de equilíbrio, marcha e coordenação motora.
- 54. Em um exame de uma criança com diversas lesões e feridas no corpo, o médico-legista suspeitou estar diante de um caso da Síndrome da Criança Maltratada. Como ele NÃO deveria agir para alcançar tal diagnóstico?**
- (A) Descrever as lesões quanto à forma, ao tipo, à localização e ao número.
 - (B) Realizar estudo radiológico para verificar fraturas e calcificações ósseas em diferentes estágios.
 - (C) Realizar a entrevista, sempre que possível, na presença do responsável.
 - (D) Verificar a escassez de tecido subcutâneo relacionado à privação de alimento.
 - (E) Verificar presença de infestações de parasitas relacionada à negligência.
- 55. A Medicina Legal pode ser classificada sob diversos enfoques, dentre os quais destaca-se o histórico. A fase evolutiva da Medicina Legal que discute os assuntos ligados à Ética, à Moral e à Bioética Médica em face do exercício da Medicina é a**
- (A) Medicina Legal Pericial.
 - (B) Medicina Legal Legislativa.
 - (C) Medicina Legal Doutrinária.
 - (D) Medicina Legal Filosófica.
 - (E) Medicina Legal Judiciária.
- 56. De acordo com Afrânio Peixoto, a Medicina Legal pode ser definida como “A aplicação de conhecimentos científicos dos mistérios da justiça”. Do ponto de vista didático tradicional, a Medicina Legal pode ser dividida em Geral e Legal. No caso da Geral, seu campo de ação se ocupa de várias áreas do conhecimento, como**
- (A) Antropologia Forense.
 - (B) Honorários Médicos.
 - (C) Asfixiologia Forense.
 - (D) Genética Forense.
 - (E) Sexologia Forense.
- 57. O Código de Ética Médica, que deve ser seguido por todos os profissionais, elenca uma série de vedações. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas vedações.**
- (A) Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício da profissão, mesmo que tenha um motivo justo.
 - (B) Assinar laudos periciais cujo exame tenha realizado pessoalmente.
 - (C) Deixar de atestar óbito de paciente ao qual vinha prestando assistência, especialmente quando houver indícios de morte violenta.
 - (D) Realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos no interior de presídios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.
 - (E) Atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito.

- 58. A Lei nº 12.030/2009 dispõe sobre as perícias oficiais. Acerca dessa lei, assinale a alternativa correta.**
- (A) Estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal e civil.
 - (B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurada autonomia técnica, científica, funcional e administrativa.
 - (C) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal não estão sujeitos a regime especial de trabalho.
 - (D) São peritos de natureza criminal apenas os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento.
 - (E) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, não é exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.
- 59. De acordo com Espindula (2009), “O laudo pericial é uma peça técnica-formal, por meio do qual é apresentado o resultado de uma perícia, [...], feito por peritos”. Referente às partes desse documento, considerado um relatório médico-legal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Preâmbulo: registro dos fatos mais significativos que motivam o período da perícia.
 - (B) Discussão: compreende-se nessa parte a síntese diagnóstica redigida com clareza.
 - (C) Descrição: é a parte essencial e mais importante do relatório, no qual se deve incluir todos os detalhes, achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.
 - (D) Conclusão: consta nessa parte o nome da autoridade que requereu a perícia.
 - (E) Histórico: parte obrigatória, creditada ao perito.
- 60. Assinale a alternativa correta em relação aos documentos médico-legais.**
- (A) Atestados oficiais compreendem todos os documentos emitidos por um órgão oficial.
 - (B) O parecer médico-legal é constituído de todas as partes do relatório.
 - (C) O parecer não é uma peça técnica-científica.
 - (D) Atestados administrativos são os produzidos por interesse da justiça.
 - (E) O parecer técnico tem uma abrangência mais restrita que o laudo.

- 61. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.**
- (A) Perigo de vida não é considerado lesão corporal.
 - (B) Aborto é lesão corporal de natureza grave.
 - (C) Uma criança que sofreu lesão corporal que a incapacita para as ocupações habituais por 20 dias se enquadra nesse art. 129 do CPB.
 - (D) Incapacidade permanente para o trabalho é lesão grave.
 - (E) Considera-se lesão corporal seguida de morte quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- 62. Um indivíduo sofreu uma lesão e teve a capacidade de movimentar a perna direita reduzida em 95%. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, em qual classificação o caso se encaixa mais especificamente?**
- (A) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
 - (B) Deformidade permanente.
 - (C) Perigo de vida.
 - (D) Lesão corporal grave.
 - (E) Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.
- 63. A marca de Jellinek se refere a uma lesão causada por uma energia de ordem**
- (A) física.
 - (B) mecânica.
 - (C) química.
 - (D) físico-química.
 - (E) bioquímica.
- 64. O frio e o calor podem modificar o estado físico dos corpos humanos e causar lesões, respectivamente, conhecidas por geladuras e queimaduras, que podem ser classificadas em graus (1 a 4). Assinale a alternativa que apresenta algumas das características de cada grau, respectivamente, para as geladuras/queimaduras.**
- (A) Primeiro grau: aspecto anserino da pele / flictenas.
 - (B) Segundo grau: eritema / flictenas.
 - (C) Terceiro grau: bolhas hemorrágicas / incidência até os planos musculares.
 - (D) Quarto grau: desarticulação/ cicatriz retrátil.
 - (E) Primeiro grau: rubefação / flictenas.

- 65. A legislação brasileira define tortura como “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental”. O Protocolo de Istambul, produzido pela ONU, recomenda a investigação e documentação eficazes da tortura. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Espancamento dos pés não se constitui em uma forma de tortura.
 - (B) Quando não há sinal físico no corpo, a tortura não aconteceu.
 - (C) Deve-se descrever detalhadamente todas as lesões, independente de seu vulto, quanto à/às forma, idade, dimensões, localização e particularidades.
 - (D) O exame clínico, no caso de tortura mental, está prejudicado.
 - (E) Não é possível distinguir a antiguidade de fraturas ósseas por exames de imagem.
- 66. O diagnóstico diferencial entre as lesões produzidas em vida ou depois da morte pode ser realizado por meios tradicionais e meios subsidiários (exames de laboratório). Como característica(s) de lesões *intravitam*, pode-se ter**
- (A) ausência de coagulação de sangue.
 - (B) escoriação e irretratibilidade dos tecidos.
 - (C) lesões brancas e infiltração hemorrágica nos tecidos.
 - (D) equimose e presença de crosta na escoriação.
 - (E) flictenas contendo ar.
- 67. Técnicas cronotanatógnósticas compreendem a observação de modificações e fenômenos que se instalam progressivamente no cadáver que possibilitam estimar um lapso temporal desde o momento da morte. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) O crescimento do pelo da barba possibilita estimar o intervalo desde a morte.
 - (B) Quanto maior o tempo decorrido da morte, mais precisa é a estimativa temporal.
 - (C) *Algor mortis* e *rigor mortis* não são úteis para estimar o intervalo desde a morte.
 - (D) As manchas de hipóstase podem ser utilizadas para estimar o intervalo desde a morte, especialmente por não se fixarem no cadáver.
 - (E) Não é possível aplicar técnicas cronotanatógnósticas em corpos esqueletizados.
- 68. A necropsia médico-legal, realizada por médico-legista, é “a perícia das perícias”. Sobre a necropsia médico-legal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Deve ser realizada em toda morte ocorrida por causa natural.
 - (B) O exame externo deve ser sumário e omissivo.
 - (C) É obrigatória em morte de pessoas falecidas por morte natural sem assistência médica.
 - (D) Não existe justificativa para não realizar o exame interno das 3 cavidades: craniana, torácica e abdominal.
 - (E) Tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatógnose e determinar a causa médica da morte.
- 69. Em relação às asfixias, é correto afirmar que**
- (A) são causadas por energias de ordem mecânica.
 - (B) o enforcamento é causado por força constritiva ativa.
 - (C) o estrangulamento é causado por força constritiva passiva.
 - (D) a esganadura é causada por sufocação.
 - (E) a sufocação indireta é causada pela compressão do tórax.
- 70. Considerando a fisiopatologia das asfixias, é possível determinar um cronograma estabelecendo suas diversas fases com o aparecimento das manifestações clínicas. Referente ao exposto, assinale a alternativa correta.**
- (A) A 1ª fase é conhecida como fase de excitação cortical e medular.
 - (B) Na 2ª fase, aparecem enjôos, lipotimias e vertigens.
 - (C) A 3ª fase se caracteriza pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios.
 - (D) A 4ª fase é conhecida como fase respiratória.
 - (E) Na 3ª fase, os batimentos do coração são lentos e arrítmicos.

71. Em relação às energias de ordem química, das substâncias que são capazes de causar danos à vida e à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cáusticos, quando provocam escaras endurecidas, é devido ao seu efeito liquefaciente.
- (B) Os ácidos produzem escaras secas e de cor variada.
- (C) O efeito coagulante dos cáusticos produz escaras úmidas.
- (D) O critério médico-legal é o menos importante dentre os critérios de exclusão ou identificação dos envenenamentos.
- (E) Para conservação do material coletado para pesquisa em necropsia de envenenados, sempre é necessário usar formol para conservação do material.

72. A embriaguez alcoólica aguda se caracteriza por um conjunto de manifestações psiconeurossomáticas resultantes da intoxicação etílica imediata, episódica e passageira. A disartria se manifesta pelo distúrbio da

- (A) visão.
- (B) audição.
- (C) olfação.
- (D) fala.
- (E) marcha.

73. A lei nº 12.654/2012 – relacionada à coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, que alterou as Leis nº 12.037/2009 e nº 7.210/1984 – tem como objetivo contribuir no combate aos altos índices de criminalidade e impunidade no Brasil. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei prevê que o perfil genético também pode ser obtido, se for necessário, para a investigação policial.
- (B) Os dados relacionados à coleta de perfil genético devem ser armazenados em banco de dados gerenciado pelo Ministério da Justiça.
- (C) Uma vez inserido no banco de dados criminais, não há previsão de exclusão do perfil genético.
- (D) Essa lei determina a inclusão do perfil genético de indivíduos condenados por crimes contra a pessoa no banco de dados.
- (E) Essa lei prevê que os dados constantes no banco de dados não terão caráter sigiloso, pois são necessários para a instrução processual.

74. Na genética forense, os padrões de herança dos marcadores genéticos são muito importantes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os marcadores genéticos do cromossomo Y, muito utilizados na resolução de casos sexuais, por exemplo, são capazes de individualizar uma pessoa do sexo masculino.
- (B) A análise do mtDNA, que segue um padrão de transmissão materno, permite a individualização de pessoas do sexo feminino.
- (C) Os marcadores genéticos presentes nos cromossomos autossômicos, como os STRs, são herdados de apenas um dos genitores.
- (D) A análise do mtDNA pode ser utilizada quando o DNA autossômico encontra-se degradado ou quando se deseja estabelecer vínculos genéticos maternos distantes.
- (E) O padrão de herança genética dos marcadores presentes nos cromossomos autossômicos e sexuais é igual.

75. No Brasil, há uma elevada incidência de casos de violência sexual. Além do exame clínico, há a necessidade de constatar o sêmen coletado do corpo da vítima. Um exame indicativo de sêmen em casos forenses é a detecção de

- (A) sangue humano.
- (B) pelos humanos.
- (C) antígenos prostáticos específicos.
- (D) ácido láctico.
- (E) glóbulos brancos.

76. Em mulheres, a dispareunia pode, eventualmente, constituir defeito físico, sendo considerada, dentro da sexologia forense, como

- (A) neurose sexual.
- (B) cópula dolorosa para a mulher.
- (C) hiperestesia da vulva.
- (D) esterilidade feminina.
- (E) ausência de útero.

77. Em relação à dubiedade sexual do pseudo-hermafrodita, assinale a alternativa correta.

- (A) Há ovário e testículo.
- (B) Não há dubiedade na conformação do órgão externo.
- (C) Há glândulas genitais dos dois sexos.
- (D) Não há ovário nem testículo.
- (E) Há glândulas genitais de um só sexo.

78. O exame do hímen é valioso no diagnóstico da virgindade. Em relação ao tema, assinale a correta.

- (A) É exclusivo dos humanos.
- (B) O óstio himenal é a membrana do hímen.
- (C) A orla himenal é o orifício que a membrana apresenta.
- (D) A interrupção da orla himenal constitui os entalhes e as comissuras.
- (E) Os entalhes são profundos e separam a orla em verdadeiros lábios.

79. Em relação ao infanticídio, é correto afirmar que

- (A) é necessária a presença do estado puerperal da mulher.
- (B) a verificação de vida extra-uterina não é importante.
- (C) é possível sua configuração em natimorto.
- (D) a docimásia de galeno não permite verificar se houve vida extra-uterina.
- (E) não existe docimásia histológica.

80. Um indivíduo do sexo masculino, após sair de uma festa em que havia ingerido bebida alcoólica voluntariamente, estava dirigindo seu carro e se envolveu em um acidente de trânsito, o que resultou na morte de um pedestre. Nesse caso, penalmente, ele é considerado

- (A) inimputável.
- (B) semi-imputável.
- (C) imputável.
- (D) incapaz.
- (E) inocente.

81. Acidente de trabalho é aquele que ocorre devido ao exercício de uma atividade laboral. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Doenças profissionais produzidas devido ao trabalho não estão incluídas nessa definição.
- (B) A incapacidade para o trabalho também o caracteriza.
- (C) Não é necessário um nexo de causalidade para caracterizá-lo.
- (D) A incapacidade temporária para o trabalho caracteriza a invalidez.
- (E) O horário e local não são importantes variáveis para caracterizá-lo.

82. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Afastar a possibilidade de _____ na perícia do acidentado é essencial para realizar um exame minucioso e adequado, podendo ser realizado o estudo dos sinais da dor para verificar a realidade ou não desse fenômeno.

- (A) simulação
- (B) erro
- (C) dissimulação
- (D) metassimulação
- (E) imitação

83. Em relação à responsabilidade médica, assinale a alternativa correta.

- (A) O erro médico é, essencialmente e na sua maioria, doloso.
- (B) Na esfera penal, a responsabilidade médica não é culposa.
- (C) A imprudência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como um agir sem a cautela necessária.
- (D) A imperícia médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como falta de observância aos deveres que as circunstâncias exigem.
- (E) A negligência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, pode ser caracterizada como despreparo técnico.

84. A avaliação do erro médico é uma perícia complexa. Dentre seus objetivos, há a necessidade de estabelecer uma relação entre o dano e a agressão. Sobre o nexo causal, é correto afirmar que

- (A) há necessidade que se tenha prova ou testemunho de que o evento alegado tenha existido.
- (B) o estudo do estado anterior da vítima à ofensa recebida é importante na avaliação do dano corporal.
- (C) o nexo de causalidade não é de exclusiva competência médico-legal.
- (D) a relação entre o dano e agressão não é imprescindível.
- (E) a concausalidade não é importante na avaliação do dano corporal.

- 85. “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, [...]”. Assinale a alternativa correta em relação à produção do exame pericial.**
- (A) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase pré-processual.
 - (B) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase processual.
 - (C) O exame pericial, nas infrações penais que deixam vestígio, é dispensável para a propositura da ação penal.
 - (D) A ausência do exame pericial nas infrações penais que deixam vestígio não leva à nulidade da ação penal.
 - (E) As provas não repetíveis devem ser realizadas no momento de seu descobrimento, sob pena de perecimento ou impossibilidade de posterior análise, ainda no curso da fase pré-processual.
- 86. Denomina-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) A cadeia de custódia inicia com a preservação do local de crime.
 - (B) A cadeia de custódia inicia com a chegada da perícia.
 - (C) O acondicionamento dos vestígios deve ser feito em conjunto, não individualizado.
 - (D) A central de custódia no órgão pericial não é um aspecto importante da cadeia de custódia.
 - (E) A cadeia de custódia finaliza quando o vestígio entra no órgão pericial para análise.
- 87. Para realizar a estimativa de idade de uma ossada de um subadulto, qual, dentre os seguintes métodos, deveria ser o escolhido por fornecer resultados mais acurados?**
- (A) Método dental regressivo.
 - (B) Suturas cranianas.
 - (C) Sínfise púbica.
 - (D) Superfície auricular do ílio.
 - (E) União das epífises.
- 88. Para calcular a estimativa de estatura de um esqueleto adulto completo, é possível realizar variados métodos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) É possível utilizar o primeiro metatarso esquerdo.
 - (B) O mais adequado é utilizar um método com amostra de diferente ancestralidade em relação ao esqueleto encontrado.
 - (C) A estimativa deve ter como resultado um valor exato.
 - (D) A medição do fêmur deve ser realizada com a medida anatômica, independente do método utilizado.
 - (E) A estatura deve ser realizada em primeiro lugar, quando da estimativa do perfil biológico.
- 89. Um corpo foi encontrado carbonizado em um acidente automobilístico, restando apenas o tronco, parte dos membros inferiores sem as extremidades e a cabeça. Para realizar sua identificação, qual dentre os seguintes métodos seria o mais indicado, considerando que existem informações *ante mortem* disponíveis para os métodos propostos?**
- (A) Impressão digital.
 - (B) Reconhecimento facial.
 - (C) DNA.
 - (D) Método odontolegal.
 - (E) Reconstrução facial forense.
- 90. A estimativa da espécie é um dos primeiros passos no exame de um corpo. A diferenciação entre ossos humanos e não humanos pode ser feita por meio da tricológia forense. Em relação a esse método, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os animais possuem pelos cilíndricos.
 - (B) Os humanos apresentam cutícula fortemente imbricada.
 - (C) Os humanos possuem cortical muito reduzida.
 - (D) Os animais apresentam a medular nem sempre visível.
 - (E) Os pelos de humanos são fusiformes.
- 91. Um corpo de um subadulto de 8 anos foi encontrado na beira de um rio, totalmente esqueletizado e sem pertences. Com base em metodologia científica, qual método deveria ser utilizado para estimar o sexo dos remanescentes ósseos?**
- (A) Método antroposcópico da pelve.
 - (B) Método antroposcópico do crânio.

- (C) Método antropométrico da cabeça do fêmur.
- (D) Exame genético.
- (E) Método antropométrico do crânio.

92. Em relação à cartilagem da epífise medial da clavícula, assinale a alternativa correta.

- (A) Se estiver fechada, o indivíduo tem mais de 16 anos de idade.
- (B) Se estiver aberta, o indivíduo tem menos de 15 anos de idade.
- (C) Se estiver aberta, a investigação pende para adultos.
- (D) Se estiver fechada, a investigação pende para subadultos.
- (E) É a última cartilagem epifisária a se fechar.

93. Em relação ao procedimento de exumação, assinale a alternativa correta.

- (A) As exumações administrativas em cemitério necessitam de ordem judicial.
- (B) É realizado exclusivamente quando há dúvida quanto à causa da morte.
- (C) A sepultura deve ser localizada por qualquer pessoa.
- (D) Os familiares não podem estar presentes.
- (E) Pode ser realizado quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver.

94. João nunca soube quem é sua mãe e necessita realizar um exame de maternidade. Dentre as seguintes opções, qual é a melhor combinação (considerando a melhor estatística) para o exame genético?

- (A) Dois irmãos de João e João.
- (B) Um irmão de João e João.
- (C) Pai de João e João.
- (D) Avô paterno de João e João.
- (E) Mãe de João e João.

95. Os traumas que atingem os ossos deixam marcas características, sendo classificadas em fraturas *ante mortem*, *perimortem* e *post mortem*. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda fratura relacionada ao evento morte é considerada *post mortem*.
- (B) Fragmentos ósseos aderidos ao foco da fratura indicam-na como *perimortem*.
- (C) Fratura em galho verde aponta uma lesão *ante mortem*.
- (D) Para correlacionar uma fratura como *perimortem*, é necessário evidenciar sinal de remodelação óssea.

- (E) Fraturas com coloração mais esbranquiçada do que o restante do osso ao redor são consideradas *antemortem*.

96. Após um exame ginecológico, o médico-legista respondeu NÃO ao quesito relacionado à existência de conjunção carnal em uma pericianda. Dentre as seguintes variáveis, qual é a que melhor se encaixa com a resposta presente no laudo?

- (A) Ausência de rotura himenal.
- (B) Presença de hímen complacente com gravidez.
- (C) Presença de fosfatase ácida na vagina.
- (D) Presença de hímen complacente sem gravidez.
- (E) Presença de contaminação venérea.

97. No Brasil, aproveitando-se das aglomerações em transportes públicos, alguns indivíduos objetivam esfregar seus órgãos genitais, principalmente em mulheres, ou tocar seus seios ou genitais, sem que outra pessoa perceba ou identifique suas intenções. Esse transtorno sexual é conhecido como

- (A) urolagnia.
- (B) riparofilia.
- (C) autoerotismo.
- (D) exibicionismo.
- (E) frotteurismo.

98. A responsabilidade civil, em uma relação profissional do médico com o paciente, pode se dar com base na obrigação de meio e de resultado. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) Obrigação de meio é aquela em que o médico se compromete a executar o serviço e produzir o resultado contratado.
- (B) A obrigação de meio não gera responsabilidade civil.
- (C) O médico que trata uma doença infecciosa em um paciente tem uma obrigação de resultado.
- (D) O cirurgião-plástico que realiza uma cirurgia exclusivamente estética está regido por uma obrigação de resultado.
- (E) Obrigação de resultado é aquela em que o médico se responsabiliza por executar o serviço, mas não o resultado contratado.

99. Após estabelecido o nexo de causalidade entre uma ação realizada por um médico e o dano corporal resultante em um periciando, o médico-legista passou a verificar as repercussões do dano em suas atividades. Tendo em vista que o dano corporal foi considerado permanente, qual dos seguintes critérios **NÃO** é importante para realizar a avaliação?

- (A) Déficit permanente da integridade psíquica.
- (B) Desgosto revelado pelo periciando devido à extensão do dano estético.
- (C) Verificar a culpa do médico.
- (D) Repercussões na atividade sexual.
- (E) Repercussões nas atividades de lazer.

100. Identidade é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais. Os métodos de identificação por meio dos dentes e das impressões digitais são considerados, respectivamente:

- (A) identificação técnica e biológica.
- (B) identificação médico-legal e biológica.
- (C) identificação técnica e médico-legal.
- (D) identificação policial e biológica.
- (E) identificação médico-legal e judiciária.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

MÉDICO LEGISTA

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA

04

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O ‘Papo de Resposta’ é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de “Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoes>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

2. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realizão
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

3. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

4. **Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “responso” é formado por**
- (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
5. **O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
6. **Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
- (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.
7. **De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
8. **Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**
- “[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”**
- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
9. **No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica**
- (A) posse.
 - (B) modo.
 - (C) meio.
 - (D) alvo.
 - (E) tempo.
10. **Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.**
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
 - (B) E-qui-pe / me-i-o.
 - (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
 - (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
 - (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-çã-o.
11. **“Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.**
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por**
- (A) conheceu-o.
 - (B) os conheceu.
 - (C) conheceu-lhe.
 - (D) conheceu-no.
 - (E) lhe conheceu.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

13. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

14. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

15. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

17. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

19. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

20. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

25. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.

- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

26. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

27. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.

- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

28. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

31. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

32. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade

sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.

- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

33. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

34. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

35. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

36. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

37. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

38. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

39. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

40. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das

- provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

Noções de Direito Penal

41. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

43. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.

- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

44. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

45. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

46. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

47. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.

48. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.

- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.

49. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.

50. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

Conhecimentos Específicos

51. Após estabelecido o nexo de causalidade entre uma ação realizada por um médico e o dano corporal resultante em um periciando, o médico-legista passou a verificar as repercussões do dano em suas atividades. Tendo em vista que o dano corporal foi considerado permanente, qual dos seguintes critérios NÃO é importante para realizar a avaliação?

- (A) Déficit permanente da integridade psíquica.
(B) Desgosto revelado pelo periciando devido à extensão do dano estético.
(C) Verificar a culpa do médico.
(D) Repercussões na atividade sexual.
(E) Repercussões nas atividades de lazer.
- 52. Identidade é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais. Os métodos de identificação por meio dos dentes e das impressões digitais são considerados, respectivamente:**
- (A) identificação técnica e biológica.
(B) identificação médico-legal e biológica.
(C) identificação técnica e médico-legal.
(D) identificação policial e biológica.
(E) identificação médico-legal e judiciária.
- 53. Em uma exumação realizada em um cemitério, o médico-legista se deparou com um caixão hermeticamente selado. Tão logo abriu a tampa superior, verificou que o corpo havia sofrido um fenômeno transformativo típico desse tipo de urna metálica. Trata-se de**
- (A) autólise.
(B) coreificação.
(C) mumificação.
(D) maceração.
(E) saponificação.
- 54. Em uma avaliação de lesão corporal em uma mãe e em seu filho, no IML, o médico-legista notou equimose e escoriação na face da mãe e uma marca de mordida no pescoço do filho. As ações/meios que causaram as lesões na mãe e no filho são, respectivamente:**
- (A) perfurante e contundente.
(B) contusa e cortocontusa.
(C) contundente e contusa.
(D) contundente e cortocontundente.
(E) contundente e cortante.
- 55. Em relação às perturbações produzidas pelo uso excessivo do álcool, é correto afirmar que**
- (A) determinar a taxa de álcool no sangue suplanta a necessidade de avaliar as manifestações clínicas do periciando.
(B) são decorrentes mais em razão da quantidade ingerida do que pela tolerância individual.
(C) as manifestações físicas são as mais importantes para firmar o diagnóstico.
- (D) as manifestações psíquicas não devem fazer parte da avaliação.
(E) as manifestações neurológicas estão ligadas a alterações clínicas de equilíbrio, marcha e coordenação motora.
- 56. Em um exame de uma criança com diversas lesões e feridas no corpo, o médico-legista suspeitou estar diante de um caso da Síndrome da Criança Maltratada. Como ele NÃO deveria agir para alcançar tal diagnóstico?**
- (A) Descrever as lesões quanto à forma, ao tipo, à localização e ao número.
(B) Realizar estudo radiológico para verificar fraturas e calcificações ósseas em diferentes estágios.
(C) Realizar a entrevista, sempre que possível, na presença do responsável.
(D) Verificar a escassez de tecido subcutâneo relacionado à privação de alimento.
(E) Verificar presença de infestações de parasitas relacionada à negligência.
- 57. A Medicina Legal pode ser classificada sob diversos enfoques, dentre os quais destaca-se o histórico. A fase evolutiva da Medicina Legal que discute os assuntos ligados à Ética, à Moral e à Bioética Médica em face do exercício da Medicina é a**
- (A) Medicina Legal Pericial.
(B) Medicina Legal Legislativa.
(C) Medicina Legal Doutrinária.
(D) Medicina Legal Filosófica.
(E) Medicina Legal Judiciária.
- 58. De acordo com Afrânio Peixoto, a Medicina Legal pode ser definida como “A aplicação de conhecimentos científicos dos mistérios da justiça”. Do ponto de vista didático tradicional, a Medicina Legal pode ser dividida em Geral e Legal. No caso da Geral, seu campo de ação se ocupa de várias áreas do conhecimento, como**
- (A) Antropologia Forense.
(B) Honorários Médicos.
(C) Asfisiologia Forense.
(D) Genética Forense.
(E) Sexologia Forense.

59. O Código de Ética Médica, que deve ser seguido por todos os profissionais, elenca uma série de vedações. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas vedações.

- (A) Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício da profissão, mesmo que tenha um motivo justo.
- (B) Assinar laudos periciais cujo exame tenha realizado pessoalmente.
- (C) Deixar de atestar óbito de paciente ao qual vinha prestando assistência, especialmente quando houver indícios de morte violenta.
- (D) Realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos no interior de presídios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.
- (E) Atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito.

60. A Lei nº 12.030/2009 dispõe sobre as perícias oficiais. Acerca dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal e civil.
- (B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurada autonomia técnica, científica, funcional e administrativa.
- (C) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal não estão sujeitos a regime especial de trabalho.
- (D) São peritos de natureza criminal apenas os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento.
- (E) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, não é exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

61. De acordo com Espindula (2009), “O laudo pericial é uma peça técnica-formal, por meio do qual é apresentado o resultado de uma perícia, [...], feito por peritos”. Referente às partes desse documento, considerado um relatório médico-legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Preâmbulo: registro dos fatos mais significativos que motivam o período da perícia.

- (B) Discussão: compreende-se nessa parte a síntese diagnóstica redigida com clareza.
- (C) Descrição: é a parte essencial e mais importante do relatório, no qual se deve incluir todos os detalhes, achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.
- (D) Conclusão: consta nessa parte o nome da autoridade que requereu a perícia.
- (E) Histórico: parte obrigatória, creditada ao perito.

62. Assinale a alternativa correta em relação aos documentos médico-legais.

- (A) Atestados oficiais compreendem todos os documentos emitidos por um órgão oficial.
- (B) O parecer médico-legal é constituído de todas as partes do relatório.
- (C) O parecer não é uma peça técnica-científica.
- (D) Atestados administrativos são os produzidos por interesse da justiça.
- (E) O parecer técnico tem uma abrangência mais restrita que o laudo.

63. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Perigo de vida não é considerado lesão corporal.
- (B) Aborto é lesão corporal de natureza grave.
- (C) Uma criança que sofreu lesão corporal que a incapacita para as ocupações habituais por 20 dias se enquadra nesse art. 129 do CPB.
- (D) Incapacidade permanente para o trabalho é lesão grave.
- (E) Considera-se lesão corporal seguida de morte quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

64. Um indivíduo sofreu uma lesão e teve a capacidade de movimentar a perna direita reduzida em 95%. De acordo com o art. nº 129 do Código Penal Brasileiro, em qual classificação o caso se encaixa mais especificamente?

- (A) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- (B) Deformidade permanente.
- (C) Perigo de vida.
- (D) Lesão corporal grave.
- (E) Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

- 65. A marca de Jellinek se refere a uma lesão causada por uma energia de ordem**
- (A) física.
 - (B) mecânica.
 - (C) química.
 - (D) físico-química.
 - (E) bioquímica.
- 66. O frio e o calor podem modificar o estado físico dos corpos humanos e causar lesões, respectivamente, conhecidas por geladuras e queimaduras, que podem ser classificadas em graus (1 a 4). Assinale a alternativa que apresenta algumas das características de cada grau, respectivamente, para as geladuras/queimaduras.**
- (A) Primeiro grau: aspecto anserino da pele / flictenas.
 - (B) Segundo grau: eritema / flictenas.
 - (C) Terceiro grau: bolhas hemorrágicas / incidência até os planos musculares.
 - (D) Quarto grau: desarticulação/ cicatriz retrátil.
 - (E) Primeiro grau: rubefação / flictenas.
- 67. A legislação brasileira define tortura como “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental”. O Protocolo de Istambul, produzido pela ONU, recomenda a investigação e documentação eficazes da tortura. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Espancamento dos pés não se constitui em uma forma de tortura.
 - (B) Quando não há sinal físico no corpo, a tortura não aconteceu.
 - (C) Deve-se descrever detalhadamente todas as lesões, independente de seu vulto, quanto à/às forma, idade, dimensões, localização e particularidades.
 - (D) O exame clínico, no caso de tortura mental, está prejudicado.
 - (E) Não é possível distinguir a antiguidade de fraturas ósseas por exames de imagem.
- 68. O diagnóstico diferencial entre as lesões produzidas em vida ou depois da morte pode ser realizado por meios tradicionais e meios subsidiários (exames de laboratório). Como característica(s) de lesões *intravitam*, pode-se ter**
- (A) ausência de coagulação de sangue.
 - (B) escoriação e irretratibilidade dos tecidos.
 - (C) lesões brancas e infiltração hemorrágica nos tecidos.
 - (D) equimose e presença de crosta na escoriação.
 - (E) flictenas contendo ar.
- 69. Técnicas cronotanatógnósticas compreendem a observação de modificações e fenômenos que se instalam progressivamente no cadáver que possibilitam estimar um lapso temporal desde o momento da morte. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) O crescimento do pelo da barba possibilita estimar o intervalo desde a morte.
 - (B) Quanto maior o tempo decorrido da morte, mais precisa é a estimativa temporal.
 - (C) *Algor mortis* e *rigor mortis* não são úteis para estimar o intervalo desde a morte.
 - (D) As manchas de hipóstase podem ser utilizadas para estimar o intervalo desde a morte, especialmente por não se fixarem no cadáver.
 - (E) Não é possível aplicar técnicas cronotanatógnósticas em corpos esqueletizados.
- 70. A necropsia médico-legal, realizada por médico-legista, é “a perícia das perícias”. Sobre a necropsia médico-legal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Deve ser realizada em toda morte ocorrida por causa natural.
 - (B) O exame externo deve ser sumário e omissivo.
 - (C) É obrigatória em morte de pessoas falecidas por morte natural sem assistência médica.
 - (D) Não existe justificativa para não realizar o exame interno das 3 cavidades: craniana, torácica e abdominal.
 - (E) Tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatógnose e determinar a causa médica da morte.
- 71. Em relação às asfixias, é correto afirmar que**
- (A) são causadas por energias de ordem mecânica.
 - (B) o enforcamento é causado por força constritiva ativa.
 - (C) o estrangulamento é causado por força constritiva passiva.
 - (D) a esganadura é causada por sufocação.
 - (E) a sufocação indireta é causada pela compressão do tórax.

72. Considerando a fisiopatologia das asfixias, é possível determinar um cronograma estabelecendo suas diversas fases com o aparecimento das manifestações clínicas. Referente ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A 1ª fase é conhecida como fase de excitação cortical e medular.
- (B) Na 2ª fase, aparecem enjôos, lipotimias e vertigens.
- (C) A 3ª fase se caracteriza pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios.
- (D) A 4ª fase é conhecida como fase respiratória.
- (E) Na 3ª fase, os batimentos do coração são lentos e arrítmicos.

73. Em relação às energias de ordem química, das substâncias que são capazes de causar danos à vida e à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cáusticos, quando provocam escaras endurecidas, é devido ao seu efeito liquefaciente.
- (B) Os ácidos produzem escaras secas e de cor variada.
- (C) O efeito coagulante dos cáusticos produz escaras úmidas.
- (D) O critério médico-legal é o menos importante dentre os critérios de exclusão ou identificação dos envenenamentos.
- (E) Para conservação do material coletado para pesquisa em necropsia de envenenados, sempre é necessário usar formol para conservação do material.

74. A embriaguez alcoólica aguda se caracteriza por um conjunto de manifestações psiconeurosomáticas resultantes da intoxicação etílica imediata, episódica e passageira. A disartria se manifesta pelo distúrbio da

- (A) visão.
- (B) audição.
- (C) olfação.
- (D) fala.
- (E) marcha.

75. A lei nº 12.654/2012 – relacionada à coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, que alterou as Leis nº 12.037/2009 e nº 7.210/1984 – tem como objetivo contribuir no combate aos altos índices de criminalidade e impunidade no Brasil. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei prevê que o perfil genético também pode ser obtido, se for necessário, para a investigação policial.
- (B) Os dados relacionados à coleta de perfil genético devem ser armazenados em banco de dados gerenciado pelo Ministério da Justiça.
- (C) Uma vez inserido no banco de dados criminais, não há previsão de exclusão do perfil genético.
- (D) Essa lei determina a inclusão do perfil genético de indivíduos condenados por crimes contra a pessoa no banco de dados.
- (E) Essa lei prevê que os dados constantes no banco de dados não terão caráter sigiloso, pois são necessários para a instrução processual.

76. Na genética forense, os padrões de herança dos marcadores genéticos são muito importantes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os marcadores genéticos do cromossomo Y, muito utilizados na resolução de casos sexuais, por exemplo, são capazes de individualizar uma pessoa do sexo masculino.
- (B) A análise do mtDNA, que segue um padrão de transmissão materno, permite a individualização de pessoas do sexo feminino.
- (C) Os marcadores genéticos presentes nos cromossomos autossômicos, como os STRs, são herdados de apenas um dos genitores.
- (D) A análise do mtDNA pode ser utilizada quando o DNA autossômico encontra-se degradado ou quando se deseja estabelecer vínculos genéticos maternos distantes.
- (E) O padrão de herança genética dos marcadores presentes nos cromossomos autossômicos e sexuais é igual.

77. No Brasil, há uma elevada incidência de casos de violência sexual. Além do exame clínico, há a necessidade de constatar o sêmen coletado do corpo da vítima. Um exame indicativo de sêmen em casos forenses é a detecção de

- (A) sangue humano.
- (B) pelos humanos.
- (C) antígenos prostáticos específicos.
- (D) ácido láctico.
- (E) glóbulos brancos.

- 78. Em mulheres, a dispareunia pode, eventualmente, constituir defeito físico, sendo considerada, dentro da sexologia forense, como**
- (A) neurose sexual.
 - (B) cópula dolorosa para a mulher.
 - (C) hiperestesia da vulva.
 - (D) esterilidade feminina.
 - (E) ausência de útero.
- 79. Em relação à dubiedade sexual do pseudo-hermafrodita, assinale a alternativa correta.**
- (A) Há ovário e testículo.
 - (B) Não há dubiedade na conformação do órgão externo.
 - (C) Há glândulas genitais dos dois sexos.
 - (D) Não há ovário nem testículo.
 - (E) Há glândulas genitais de um só sexo.
- 80. O exame do hímen é valioso no diagnóstico da virgindade. Em relação ao tema, assinale a correta.**
- (A) É exclusivo dos humanos.
 - (B) O óstio himenal é a membrana do hímen.
 - (C) A orla himenal é o orifício que a membrana apresenta.
 - (D) A interrupção da orla himenal constitui os entalhes e as comissuras.
 - (E) Os entalhes são profundos e separam a orla em verdadeiros lábios.
- 81. Em relação ao infanticídio, é correto afirmar que**
- (A) é necessária a presença do estado puerperal da mulher.
 - (B) a verificação de vida extra-uterina não é importante.
 - (C) é possível sua configuração em natimorto.
 - (D) a docimásia de galeno não permite verificar se houve vida extra-uterina.
 - (E) não existe docimásia histológica.
- 82. Um indivíduo do sexo masculino, após sair de uma festa em que havia ingerido bebida alcoólica voluntariamente, estava dirigindo seu carro e se envolveu em um acidente de trânsito, o que resultou na morte de um pedestre. Nesse caso, penalmente, ele é considerado**
- (A) inimputável.
 - (B) semi-imputável.
 - (C) imputável.
 - (D) incapaz.
 - (E) inocente.
- 83. Acidente de trabalho é aquele que ocorre devido ao exercício de uma atividade laboral. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Doenças profissionais produzidas devido ao trabalho não estão incluídas nessa definição.
 - (B) A incapacidade para o trabalho também o caracteriza.
 - (C) Não é necessário um nexo de causalidade para caracterizá-lo.
 - (D) A incapacidade temporária para o trabalho caracteriza a invalidez.
 - (E) O horário e local não são importantes variáveis para caracterizá-lo.
- 84. Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. Afastar a possibilidade de _____ na perícia do acidentado é essencial para realizar um exame minucioso e adequado, podendo ser realizado o estudo dos sinais da dor para verificar a realidade ou não desse fenômeno.**
- (A) simulação
 - (B) erro
 - (C) dissimulação
 - (D) metassimulação
 - (E) imitação
- 85. Em relação à responsabilidade médica, assinale a alternativa correta.**
- (A) O erro médico é, essencialmente e na sua maioria, doloso.
 - (B) Na esfera penal, a responsabilidade médica não é culposa.
 - (C) A imprudência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como um agir sem a cautela necessária.
 - (D) A imperícia médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, caracteriza-se como falta de observância aos deveres que as circunstâncias exigem.
 - (E) A negligência médica, requisito para se enquadrar como crime culposos, pode ser caracterizada como despreparo técnico.

- 86. A avaliação do erro médico é uma perícia complexa. Dentre seus objetivos, há a necessidade de estabelecer uma relação entre o dano e a agressão. Sobre o nexo causal, é correto afirmar que**
- (A) há necessidade que se tenha prova ou testemunho de que o evento alegado tenha existido.
 - (B) o estudo do estado anterior da vítima à ofensa recebida é importante na avaliação do dano corporal.
 - (C) o nexo de causalidade não é de exclusiva competência médico-legal.
 - (D) a relação entre o dano e agressão não é imprescindível.
 - (E) a concausalidade não é importante na avaliação do dano corporal.
- 87. “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, [...]”. Assinale a alternativa correta em relação à produção do exame pericial.**
- (A) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase pré-processual.
 - (B) O exame pericial pode ser realizado apenas na fase processual.
 - (C) O exame pericial, nas infrações penais que deixam vestígio, é dispensável para a propositura da ação penal.
 - (D) A ausência do exame pericial nas infrações penais que deixam vestígio não leva à nulidade da ação penal.
 - (E) As provas não repetíveis devem ser realizadas no momento de seu descobrimento, sob pena de perecimento ou impossibilidade de posterior análise, ainda no curso da fase pré-processual.
- 88. Denomina-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) A cadeia de custódia inicia com a preservação do local de crime.
 - (B) A cadeia de custódia inicia com a chegada da perícia.
 - (C) O acondicionamento dos vestígios deve ser feito em conjunto, não individualizado.
 - (D) A central de custódia no órgão pericial não é um aspecto importante da cadeia de custódia.
 - (E) A cadeia de custódia finaliza quando o vestígio entra no órgão pericial para análise.
- 89. Para realizar a estimativa de idade de uma ossada de um subadulto, qual, dentre os seguintes métodos, deveria ser o escolhido por fornecer resultados mais acurados?**
- (A) Método dental regressivo.
 - (B) Suturas cranianas.
 - (C) Sínfise púbica.
 - (D) Superfície auricular do ílio.
 - (E) União das epífises.
- 90. Para calcular a estimativa de estatura de um esqueleto adulto completo, é possível realizar variados métodos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) É possível utilizar o primeiro metatarso esquerdo.
 - (B) O mais adequado é utilizar um método com amostra de diferente ancestralidade em relação ao esqueleto encontrado.
 - (C) A estimativa deve ter como resultado um valor exato.
 - (D) A medição do fêmur deve ser realizada com a medida anatômica, independente do método utilizado.
 - (E) A estatura deve ser realizada em primeiro lugar, quando da estimativa do perfil biológico.
- 91. Um corpo foi encontrado carbonizado em um acidente automobilístico, restando apenas o tronco, parte dos membros inferiores sem as extremidades e a cabeça. Para realizar sua identificação, qual dentre os seguintes métodos seria o mais indicado, considerando que existem informações *ante mortem* disponíveis para os métodos propostos?**
- (A) Impressão digital.
 - (B) Reconhecimento facial.
 - (C) DNA.
 - (D) Método odontológico.
 - (E) Reconstrução facial forense.
- 92. A estimativa da espécie é um dos primeiros passos no exame de um corpo. A diferenciação entre ossos humanos e não humanos pode ser feita por meio da tricológia forense. Em relação a esse método, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os animais possuem pelos cilíndricos.
 - (B) Os humanos apresentam cutícula fortemente imbricada.

- (C) Os humanos possuem cortical muito reduzida.
- (D) Os animais apresentam a medular nem sempre visível.
- (E) Os pelos de humanos são fusiformes.
- 93. Um corpo de um subadulto de 8 anos foi encontrado na beira de um rio, totalmente esqueletizado e sem pertences. Com base em metodologia científica, qual método deveria ser utilizado para estimar o sexo dos remanescentes ósseos?**
- (A) Método antroposcópico da pelve.
- (B) Método antroposcópico do crânio.
- (C) Método antropométrico da cabeça do fêmur.
- (D) Exame genético.
- (E) Método antropométrico do crânio.
- 94. Em relação à cartilagem da epífise medial da clavícula, assinale a alternativa correta.**
- (A) Se estiver fechada, o indivíduo tem mais de 16 anos de idade.
- (B) Se estiver aberta, o indivíduo tem menos de 15 anos de idade.
- (C) Se estiver aberta, a investigação pende para adultos.
- (D) Se estiver fechada, a investigação pende para subadultos.
- (E) É a última cartilagem epifisária a se fechar.
- 95. Em relação ao procedimento de exumação, assinale a alternativa correta.**
- (A) As exumações administrativas em cemitério necessitam de ordem judicial.
- (B) É realizado exclusivamente quando há dúvida quanto à causa da morte.
- (C) A sepultura deve ser localizada por qualquer pessoa.
- (D) Os familiares não podem estar presentes.
- (E) Pode ser realizado quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver.
- 96. João nunca soube quem é sua mãe e necessita realizar um exame de maternidade. Dentre as seguintes opções, qual é a melhor combinação (considerando a melhor estatística) para o exame genético?**
- (A) Dois irmãos de João e João.
- (B) Um irmão de João e João.
- (C) Pai de João e João.
- (D) Avô paterno de João e João.
- (E) Mãe de João e João.
- 97. Os traumas que atingem os ossos deixam marcas características, sendo classificadas em fraturas *ante mortem*, *perimortem* e *post mortem*. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Toda fratura relacionada ao evento morte é considerada *post mortem*.
- (B) Fragmentos ósseos aderidos ao foco da fratura indicam-na como *perimortem*.
- (C) Fratura em galho verde aponta uma lesão *ante mortem*.
- (D) Para correlacionar uma fratura como *perimortem*, é necessário evidenciar sinal de remodelação óssea.
- (E) Fraturas com coloração mais esbranquiçada do que o restante do osso ao redor são consideradas *antemortem*.
- 98. Após um exame ginecológico, o médico-legista respondeu NÃO ao quesito relacionado à existência de conjunção carnal em uma pericianda. Dentre as seguintes variáveis, qual é a que melhor se encaixa com a resposta presente no laudo?**
- (A) Ausência de rotura himenal.
- (B) Presença de hímen complacente com gravidez.
- (C) Presença de fosfatase ácida na vagina.
- (D) Presença de hímen complacente sem gravidez.
- (E) Presença de contaminação venérea.
- 99. No Brasil, aproveitando-se das aglomerações em transportes públicos, alguns indivíduos objetivam esfregar seus órgãos genitais, principalmente em mulheres, ou tocar seus seios ou genitais, sem que outra pessoa perceba ou identifique suas intenções. Esse transtorno sexual é conhecido como**
- (A) urolagnia.
- (B) riparofilia.
- (C) autoerotismo.
- (D) exibicionismo.
- (E) frotteurismo.

100. A responsabilidade civil, em uma relação profissional do médico com o paciente, pode se dar com base na obrigação de meio e de resultado. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) Obrigação de meio é aquela em que o médico se compromete a executar o serviço e produzir o resultado contratado.
- (B) A obrigação de meio não gera responsabilidade civil.
- (C) O médico que trata uma doença infecciosa em um paciente tem uma obrigação de resultado.
- (D) O cirurgião-plástico que realiza uma cirurgia exclusivamente estética está regido por uma obrigação de resultado.
- (E) Obrigação de resultado é aquela em que o médico se responsabiliza por executar o serviço, mas não o resultado contratado.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

